

**O SILÊNCIO NÃO PROTEGE A INFÂNCIA:
DESIGN SOCIAL COM FOCO NA EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL**

***SILENCE DOES NOT PROTECT CHILDHOOD:
SOCIAL DESIGN WITH FOCUS ON CHILDREN'S SEX EDUCATION***

Mateus Dias Vilela¹

Bruna da Silva Pereira²

Resumo

No momento em que a problemática acerca dos limites das relações as quais as crianças se inserem torna-se fator de risco, a Educação Sexual configura-se como um movimento de luta pelos direitos da criança. O design social, nesse cenário, apresenta-se como ferramenta com potencial de fomentar mudanças, à medida que é capaz de promover a conscientização de questões ligadas a sexualidade e as fronteiras das relações socioafetivas. Sendo assim, tais aportes teóricos fornecem subsídios para resolução da pergunta problema que versa sobre como o design social pode contribuir para uma criação gráfica com foco na educação sexual infantil. Para tanto, aprofundou-se na realidade local, por meio do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) de Cocal do Sul. Com a intenção de alcançar o objetivo proposto, fez-se uso da metodologia diamante duplo que resultou na produção de três cartazes – dois deles interativos - e um guia instrutivo para nortear a prática do professor na dinâmica. Destarte, através da linguagem verbo-visual, os conteúdos focaram no conhecimento das partes íntimas e a relação entre os toques afetivos e os toques sexualizados.

Palavras-chave: design social; educação sexual; primeira infância; cartazes.

Abstract

At a time when the issue of the limits of relationships in which children are inserted becomes a risk factor, Sex Education is configured as a movement in the struggle for children's rights. In this scenario, social design presents itself as a tool with the potential to foster change, as it can promote awareness of issues related to sexuality and the boundaries of socio-affective relationships. Thus, such theoretical contributions provide subsidies for solving the problem question that deals with how social design can contribute to a graphic creation with a focus on child sex education. In order to do so, it has gone deeper into the local reality, through the Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS) of Cocal do Sul. With the intention of reaching the proposed objective, the double diamond methodology was used, which resulted in the production of three posters - two of them interactive - and an instructional guide to guide the teacher's practice in the dynamics. Thus, through the verbal-visual language, the contents focused on the knowledge of the intimate parts and the relationship between affective touches and sexualized touches.

Keywords: social design; sex education; early childhood; posters.

¹ Professor Doutor em Comunicação Social, Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa, Paraíba, Brasil, mateusdvilela@gmail.com; ORCID: 0000-0003-0820-6460.

² Graduada em Design, Centro Universitário SATC, Criciúma, Santa Catarina, Brasil, bruna.per@outlook.com; ORCID: 0000-0001-6624-1032.

1. Introdução

Deturpando as relações socioafetivas de crianças e adolescentes, a violência sexual consiste numa relação *adultocêntrica*, explicitada pela imposição dos desejos de um adulto sobre um menor de idade, visando o alívio sexual e a satisfação do prazer deste adulto. Nesse contexto, o termo se subdivide em abuso sexual e exploração sexual, sendo o último caracterizado pela obtenção de lucro sobre a atividade (MMFDH, 2020). A violação, por sua vez, pode ocorrer em qualquer relação que o adulto possua posição de poder e confiança sobre a criança ou adolescente. Logo, o silêncio e o tabu que circundam o tema contribuem para que o abusador eduque a criança frente a sexualidade e o abuso sexual (CHILDHOOD BRASIL, 2015).

Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH, 2020) foram realizados 159 mil registros no canal oficial de denúncias do Ministério³ no decorrer de 2019, sendo 86,8 mil violações ao direito de crianças e adolescentes, um aumento de aproximadamente 14% em relação ao ano anterior. Outro levantamento, realizado pelo Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos (ONDH), mostra que 73% dos casos de violência acontecem na casa da vítima ou do suspeito, sendo acometida por pai ou padrasto em 40% das denúncias. Todavia, acredita-se que apenas 10% dos casos são relatados ou chegam ao sistema judiciário criminal, tornando os dados, acerca do tema, limitados (SANDERSON, 2008).

Esses números revelam que existe um conjunto de fatores sociais, econômicos, políticos e culturais que podem ser indutores da violência sexual. Nesse cenário, o aspecto econômico não é fator determinante do ASC⁴, porém nota-se que famílias de baixa renda apresentam maior vulnerabilidade por não conseguirem dar uma orientação adequada a seus filhos e filhas, além de não contarem com atendimento de qualidade nas esferas de políticas públicas que auxiliem o acesso à informação (CHILDHOOD BRASIL, 2015). Ademais, a insciência de temas relacionados à sexualidade, inaptidão de órgãos que viabilizam a denúncia e a falta de conhecimento frente aos limites das relações presentes em seus ciclos sociais, refletem nos índices da violência sexual de menores no Brasil (CHILDHOOD BRASIL, 2012).

Dessa forma, percebe-se que a relevância de tratativas relativas à sexualidade sistematizadas e incorporadas à educação básica dos cidadãos são inerentes à formação humana. A *World Association for Sexual Health* (WAS) (1997, p. 2) afirma que todos têm direito a uma educação sexual esclarecedora “adequada à idade, cientificamente acurada, culturalmente idônea, baseada nos direitos humanos, na equidade de gêneros e ter uma abordagem positiva quanto à sexualidade e o prazer”. Logo, a abordagem do tema permite que crianças possam identificar comportamentos normativos e não normativos em seus ciclos, pois a falta de conhecimento permite que considerem comportamentos abusivos como normais e mantenham o silêncio (SANDERSON, 2008). Em consonância a essa afirmação, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2013) defende que assuntos relacionados a sexualidade tenham um enfoque lúdico e imersivo. Tratando da pré-escola, a assimilação dos conteúdos pode ser realizada através de jogos, filmes, oficinas lúdicas, entre outras propostas.

Diante desse cenário, essa pesquisa se fundamenta na pergunta-problema: “Como o design social pode oferecer subsídios para uma criação gráfica com foco na educação sexual infantil?”. Com isso, adota-se como objetivo geral, elaborar peças gráficas que proporcionem conhecimento frente a sexualidade, assim como os limites das relações socioafetivas. Como

³ Disque direitos humanos (Disque 100). N. A.

⁴ Sigla para “Abuso Sexual de Crianças”. N. A.

objetivos específicos, elenca-se estudar os conceitos do design social; discorrer sobre a relevância da educação sexual infantil; e aplicar tais conceitos na construção de peças gráficas.

2. O Design Social

Surtido do esforço consciente de criar significado às coisas, o design é peça-chave de inúmeras ações humanas, visto que qualquer tentativa em organizar e padronizar informações com um intuito definido caracteriza um processo da área (PAPANÉK, 1971). Em um contexto histórico, surge no século XIX, como resultado de um período marcado pela Revolução Industrial, onde o profissional era tido como desenhista industrial e atuava para atender as demandas provenientes do consumidor e das empresas, focado no lucro comercial (DEVIDES, 2006). No início do século XX, por sua vez, os profissionais criavam em consonância as capacidades tecnológicas da época e inseriam, na sociedade, objetos capazes de fomentar mudanças nos hábitos de consumo. Logo, o processo se pautava na compreensão dos materiais e processos empregados, em detrimento de potenciais mudanças que poderiam ser promovidas pela dinâmica cultural (ARAÚJO, 2017).

Contudo, as transformações decorrentes da época proporcionaram o detrimento de uma visão meramente industrial, embasado em uma cultura de consumo desenfreado, passando gradualmente a se pautar na importância da percepção de uma necessidade social (SILVA, 2017). De acordo com Braga (2011), o design se torna ferramenta de mobilização à medida que passa a fomentar melhorias nesse campo, tendo em vista um contexto sociocultural, econômico, inclusivo e sustentável.

No que tange a essa visão, o termo “design social” tem como efeito a corroboração de que existe um modelo não social, categorizado por Margolin (2004) como “modelo de mercado”. Contudo, existe uma obrigação ética e moral no exercício da profissão, uma vez que, a mensagem gráfica deve considerar os aspectos socioeconômicos em que se insere e ser acessível a todas as esferas populacionais. Assim, qualquer tentativa de desassociá-lo desses contextos foge do princípio básico de sua função. Nesse cenário, entende-se que existe um papel social a qual o profissional deve desempenhar, mas o design social por si só configura uma área de atuação específica (BRAGA, 2011).

Em seu pioneirismo, enfatiza-se o construtivismo - que surgiu em um momento político na Rússia - como propagador de um design social. Com a queda do regime czarista e a guerra civil, desencadeou-se a instauração de um novo modelo, o socialismo, que tinha como ideal revolucionário o bordão “Pão, paz e casa⁵”. Nesse contexto, o movimento estava inserido em uma realidade problemática onde o analfabetismo representava 70% da população – que vivia em meio a guerras – e esse fator dificultava a disseminação de uma ideologia revolucionária (BRAGA, 2011). À vista disso, Curtis afirma que “muitos construtivistas [...] optaram por uma produção visual de maior alcance comunicacional devido ao caráter da reprodutibilidade e do impacto persuasivo da mensagem visual, visando interferir diretamente na mudança da mentalidade da população” (CURTIS, 2011, p. 35-36).

⁵ Pão correspondia à crise produtiva do setor agrícola, Paz é uma resposta a revolta popular devido as guerras e casa correspondia a questão habitacional que era um problema crônico nas realidades dos trabalhadores (BRAGA, 2011).

De todos os construtivistas, é notável que El Lissitzki⁶ mostrava maior convicção na adoção desse modelo estético-político ao abdicar da sua produção autoral, voltando-se a um modelo baseado na vida comunitária. No cartaz intitulado *Bata os Brancos com a Cunha Vermelha* é notável a influência estética geométrica e sintetizada, onde a mensagem é transmitida de forma funcional (FABRES, 2012). Segundo Braga (2011, p. 602), nesse cartaz “se constata uma integração inédita entre conteúdo e forma”. Contextualizado a imagem, ela se correlaciona com o posicionamento político onde, através das formas, considera o triângulo vermelho como os Bolcheviques que atacam as forças brancas (FABRES, 2012). Segundo Fabres (2012, p.115) “esse cartaz aproxima a ideia de que a força vermelha socialista tem soberania e propõe uma “punição” sobre todos que não a seguirem”.

Assim, a vanguarda se mostrou aliada de uma nova ordem que compreendeu a dimensão social do design em decorrência a sua aliança entre arte e tecnologia, bem como o design gráfico como ferramenta capaz de se moldar a culturas, hábitos e realidades sociais distintas em consequência da sua habilidade como construtor de significados (BRAGA, 2011). Movido pelas transformações proporcionadas pelo Construtivismo Russo, Araújo (2017) afirma que foi a partir da década de 1960 que o design passou efetivamente a ter uma perspectiva mais centralizada nas pessoas. Assim, desencadeado pelo ensejo da mudança, outras movimentações surgiram, como o primeiro manifesto *First Things First*⁷ (1964), do designer Ken Garland, apresentado em um encontro da Sociedade de Artes Industriais (SIA), em 1963. O marco foi o prelúdio para que debates do gênero fossem iniciados e permitiu a percepção dos designers como formadores de opinião, visto que Garland afirmava que o exercício da profissão estava sendo obscurecido pela cultura do consumo e propunha a mudança de prioridades, promovendo mensagens úteis e permanentes (BRAGA, 2011).

Ainda na década de 1960, outra referência no desenvolvimento de um design pautado na sociedade, foi a formação do *Atelier Populaire*⁸. Instaurado em maio de 1968, promoveu a ocupação da Escola de Belas Artes de Paris, em um momento de turbulências no cenário econômico, tendo em vista a greve geral dos trabalhadores. O movimento revolucionário era formado por artistas, estudantes e trabalhadores que produziram uma grande quantidade de material gráfico - como cartazes e jornais - e promulgaram ideais contra a burguesia e em favor da arte e da sociedade. Mais tarde, em 1971, houve o lançamento do livro “*Design for the Real World*”⁹ de Victor Papanek, que trazia o olhar do design socialmente responsável em oposição ao modelo de consumismo vigente. Nesse período, ocorreu a consolidação do termo “Design Social” e a amplificação de práticas voltadas a essa corrente.

Na contemporaneidade, os problemas se agravam de forma ampla e global, onde se evidencia uma realidade que permeia questões de consumo, descarte de produtos, acesso à informação, cidadania, cultura e muitos outros fatores. Segundo Wanderley et al. (2014, p. 11) “de forma direta ou indireta, o design, como processo ou resultado de uma configuração, tem algum grau de relação com esses problemas respectivamente complexos em si”. À vista disso, entende-se que apesar da possibilidade de empoderar as causas sociais, existe ainda limitações no seu papel.

⁶ Artista, designer gráfico, fotógrafo, tipógrafo, arquiteto e docente. Fez parte da vanguarda russa dos anos de 1920 e 1930 (SILVA, 2018).

⁷ Expressão idiomática da língua inglesa, traduz-se: “Uma coisa de cada vez”. N.A.

⁸ “Oficina Popular”, em tradução livre. N.A.

⁹ “Design para o mundo Real”, em tradução livre. N.A.

Nesse sentido, a busca por um design socialmente responsável é uma constante e alguns nomes se ressaltam no engajamento a essas causas, como o inglês Jonathan Barnbrook e os argentinos Anabella Salem e Gabriel Mateu, que fundaram o escritório *El Fantasma de Heredia* (BRAGA, 2011). Destarte, entende-se que assim como muitas profissões não possuem um papel neutro na sociedade, o design também não se anula das responsabilidades na sociedade em que se insere. A partir da compreensão de seu papel, e do resultado de seus esforços na criação de peças gráficas, reconhece-se o seu potencial motriz de promover uma melhoria do conjunto social em todas os seus âmbitos de atuação (YAMAMOTO, 2014).

3. A Educação Sexual Infantil

Ao pensar em uma educação sexual infantil, faz-se necessário observar as mutações históricas pelo qual as noções de criança e de infância passaram no decorrer dos séculos. A delimitação dessas conceituações foi resultado de um gradual processo de transformação, que envolveu não apenas a criança, mas todo o sistema cultural, familiar e social, fomentando o modelo atual que a reconhece como pessoa de direitos e a infância como uma categoria social a ser protegida (SPRINGER, 2016).

Nessa conjuntura, a partir de um panorama cronológico, observa-se que antes do século XVII “a criança era comparada e considerada como o próprio adulto só que em miniatura” (JÁCOME, 2018, p. 11). Essa percepção, colaborava com a desconstrução de uma realidade de infância e estimulava práticas como as relações incestuosas no âmbito familiar. Outra crença comum à época, afirmava que as crianças eram capazes de proporcionar a purificação. Segundo Sanderson (2008, p. 6) elas eram tidas como “recipientes de veneno para os adultos colocarem seus maus sentimentos”. Apenas após o século XVII que o entendimento em relação à infância foi transmutado (ARIÈS, 2006).

A datar deste marco, atribui-se a responsabilidade dos pais de controlar as condutas de seus filhos e conquistar a atenção deles, mesmo que de forma violenta e agressiva, por meio de ameaças e punições (SANDERSON, 2008). Em consonância a essa afirmativa, no decorrer do século XIX até metade do século XX, o papel social da família começa a se transformar, com novas preocupações e atribuições. Nesse período, estabeleceu-se o modo de socialização, onde era incumbido aos pais educar, guiar e corrigir as atitudes de sua prole, mediante a expectativa da sociedade da época. Mais tarde, no século XX, designou-se o que ficou conhecido como modo de ajuda: a criança passou a ser vista como possuidora de um conhecimento inerente, que requer aprimoramento junto aos pais de maneira empática. Nesse cenário evolutivo, compreendeu-se que era necessário oferecer à criança um ambiente saudável e protegido e se priorizou o atendimento das demandas de cada fase do seu desenvolvimento (DE MAUSE, 1995).

Nesse contexto, em que a noção de infância foi gradualmente alterada visando a proteção e o desenvolvimento saudável da criança, reflete-se também sobre a ressignificação da construção da sexualidade infantil. Na Idade Média, segundo Oliveira (2006), a criança era vista como um pequeno ser sem desejos, logo, era comum que adultos praticassem livremente brincadeiras de cunho sexual, pois acreditava-se que elas não seriam afetadas por tais práticas. Em contrapartida, na idade moderna, segundo a autora, compreendeu-se que esta deveria ser resguardada a toda e qualquer exposição imoral e sem pudor a qual antes era submetida. A partir disso, impôs-se o conceito de “inocência infantil”.

Na contemporaneidade, esse ideal de infância culminou na criação de políticas públicas que exigem condições básicas aos indivíduos menores de idade. No Brasil, em 13 de

julho de 1990, foi sancionado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), responsável por assegurar condições de exigibilidade para os direitos da criança e do adolescente. A lei vigora apenas em território nacional, outros países possuem leis e estatutos distintos, segundo a cultura e costumes de cada país (CEDCA/AL, 2013).

Para compreender o contexto de vulnerabilidade a qual a criança pode estar inserida, delimita-se categoricamente as formas de abuso existentes. Segundo Sanderson (2008), as principais categorias de abuso são o Abuso físico¹⁰, o Abuso emocional¹¹, a Negligência¹² e o Abuso Sexual¹³. Com foco no abuso sexual infantil, o presente trabalho compreende que tal forma de violência é comumente correlacionada a outras formas de abuso. Baseado nisso, entende-se que o abuso sexual em crianças pode ser definido como:

O envolvimento de crianças e adolescentes dependentes em atividades sexuais com um adulto ou com qualquer pessoa um pouco mais velha ou maior, em que haja uma diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para gratificação das necessidades ou dos desejos, para a qual ela é incapaz de dar um consentimento consciente por causa do desequilíbrio no poder, ou de qualquer incapacidade mental ou física (SANDERSON, 2008, p. 17).

No Brasil, um estudo realizado pelo fórum Brasileiro de Segurança Pública revelou que, em 2018, dos 66.041 estupros ocorridos no país, 71,8% foram cometidos em indivíduos com menos de dezoito anos de idade. Os resultados apontaram que os maiores alvos desse tipo de violência eram crianças menores de treze anos, correspondendo a 53,6% dos casos (ARAÚJO, 2020). Em consonância a essa fala, os abusadores escolhem crianças em estágios pré-verbais de desenvolvimento, justamente porque essas não teriam capacidade de revelar o abuso. Com isso, faz-se necessário proteger as crianças através da informação mesmo em estágios de desenvolvimento considerados como “precoces” (SANDERSON, 2008). A partir dessa realidade, alguns pais compreendem que, para evitar riscos à criança, era necessário adverti-las a não entrar em contato com estranhos. Esse mito, segundo Sanderson (2008), faz parte da mitologia “perigo dos estranhos”.

Entretanto, enfatiza-se que a maior parte dos casos de violência sexual ocorrem na casa da vítima ou do agressor (CHILDHOOD BRASIL, 2019). Logo, não é plausível proteger potenciais vítimas do ASC apenas afastando-as de pessoas estranhas. É necessário tornar esse conhecimento que envolve a educação sexual infantil compreensível à realidade da criança, para então garantir uma real segurança. No momento em que a escola e a família se anulam desse dever de instruir, abre-se espaço para que os abusadores o façam, moldando os comportamentos da vítima de acordo com seus desejos e necessidades (SANDERSON, 2008).

Nessa perspectiva, o ASC não atinge apenas as camadas mais pobres da população, mas também a classe alta. Os abusadores são por vezes considerados pilares da comunidade e são dificilmente detectados (SANDERSON, 2008). Por conseguinte, aderir a uma óptica negacionista dos fatos faz com que a criança fique desprotegida, desmunida de apoio e facilmente coagida. Assim, do ponto de vista da educação sexual, Araújo (2020, p. 145) afirma que “o assunto, que em geral é evitado, precisa na verdade ser discutido abertamente, de um

¹⁰ Ocorre quando uma criança sofre dano físico significativo infligido pelo pai ou cuidador (JÚNIOR et al., 2019).

¹¹ Ocorre quando adultos rejeitam a criança ou usam de ameaças para assustá-la e intimidá-la (JÚNIOR et al., 2019).

¹² Definida como falha dos pais ou cuidadores em fornecer as necessidades básicas da criança, de modo que a saúde e desenvolvimento da criança ficam significativamente prejudicados (JÚNIOR et al., 2019).

jeito ameno, apropriado à idade, mas sempre de forma direta e clara”. É preciso superar, em última instância, o mito de que a educação sexual erotiza ou incentiva a prática sexual de crianças e adolescentes pois, segundo Arcari (2018, online), seus efeitos promovem um início da vida sexual mais tardio e com mais informação.

Para conscientização das crianças e a disseminação de práticas que visam reduzir as estatísticas do ASC é necessário que, além da família, as escolas e o governo também desempenhem o papel de instruir. De acordo com Silva (2019, p. 142), “diferente do que muitas vezes se pensa, aos pais cabe educar sexualmente, e à escola orientar, respeitando os valores e crenças”. Na Europa, por exemplo, o assunto é amplamente abordado. Em países como Suécia, Bélgica, Holanda, entre outros, o tema transcende a barreira dos estudos biológicos, adotando todo âmbito social dos relacionamentos (CRISTO, 2017). Com o intuito de intensificar a educação sexual, destaca-se a campanha de prevenção contra o ASC, “Uma em Cinco”. O projeto trouxe relevantes mensagens de forma lúdica, atendendo ao público-alvo desejado. Os resultados da campanha foram materiais como a cartilha “*The Underwear Rule*”¹³ e o livro “*Kiko and The hand*”¹⁴, que posteriormente culminaram em materiais didáticos como vídeos e cartazes.

No Brasil, desde 1998, a orientação sobre a sexualidade representa um tema transversal aos Parâmetros Curriculares Nacionais, tendo em vista que é um tema contemporâneo e que deve ser estendido a outras áreas do currículo (SILVA, 2019). Em contraponto, desde 2018, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação têm apresentado dificuldades em promover conhecimento e materiais de qualidade às escolas. Em março de 2019, a cartilha conhecida como “Caderneta de Saúde da adolescente”, impressa pelo Ministério da Saúde para meninas de 10 a 19 anos com o intuito de esclarecer e prevenir questões relacionadas a saúde do adolescente, foram vistas como “inadequadas” por ideais partidários conservadores. Assim, a decisão foi reformular a cartilha, tornando-a mais barata e sem as imagens instrutivas. A ação foi vista por especialistas da área da saúde, ginecologia e reprodução humana como retrógrada e desrespeitosa frente aos princípios básicos da saúde (FERREIRA; GRANDELLE, 2019). Da mesma forma, outras campanhas foram vetadas, como o “Escola sem Homofobia” que foi disseminada por políticos com a alcunha de “Kit Gay”, desencadeando em mais um retrocesso no âmbito educacional (BOTTER, 2020).

Tendo em conta que a maior parcela da violência contra crianças ocorre em casa e que as percepções de qualquer sinal de abuso ocorrem fora de casa, o cenário atual, torna-se preocupante. Com a Pandemia de Coronavírus que assola o país desde fevereiro de 2020, alerta-se o risco de potencialização desse tipo de crime tendo em vista que as crianças estão em isolamento social, em casa, com o intuito de conter o vírus (MENDES, 2020). Nesse cenário o principal ponto de contato para denúncias torna-se o Disque 100. No entanto, o governo tem falhado na construção de medidas protecionistas e os recursos tem-se tornado cada vez mais escassos (LEITÃO, 2020). Em entrevista a Matheus Leitão, para a revista digital *Veja* (2020) a psicóloga Iolete Ribeiro, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) afirma que “o problema mais grave no enfrentamento à violência sexual tem sido a ausência de recurso. [...] Isso gera um retrocesso muito grande numa rede que estava frágil ainda, se consolidando, mas que de 2017 pra cá simplesmente parou o investimento de nível federal”.

Outro fator alarmante, é falta de transparência na apresentação dos dados e a

¹³ “A regra da roupa íntima”, em tradução livre. N.A.

¹⁴ “Kiko e a mão”, em tradução livre. N.A.

insuficiência de informações referentes ao encaminhamento das denúncias recebidas. Com um governo desprovido de um sistema único e integrado para atendimento das crianças e adolescentes, as soluções se arrastam e na maioria dos casos os agressores saem impunes (LEITÃO, 2020). Em consequência da deficiência de políticas públicas eficientes e agravados pela situação pandêmica, as crianças cada vez mais são expostas a situação de vulnerabilidade, carecidos de informação e apoio de órgãos que as amparem de forma eficiente.

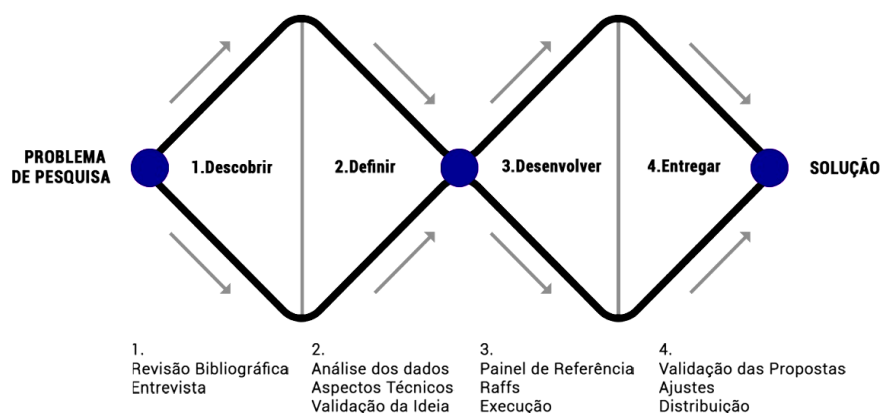
4. Metodologia e Aplicação Projetual

Com o intuito de conduzir os processos empregados para construção de um discurso verbo-visual pautado na Educação Sexual Infantil, entende-se que a escolha de um método fomentará de forma sistematizada um pensamento crítico que contribui para reflexão acerca do tema. Desse modo, a natureza da pesquisa se apresenta como aplicada, visto que, objetiva promover um conhecimento específico – em pauta a Educação Sexual Infantil – e aplicá-lo de forma prática, com o intuito de propor soluções ao problema levantado. Em relação aos seus objetivos, caracteriza-se por apresentar caráter exploratório, à medida que, esclarece o assunto de forma abrangente, mas, corrobora com sua compreensão e aplicabilidade, ao delimitar o tema (PRODANOV; FREITAS, 2013). Quanto aos procedimentos técnicos, a produção se caracteriza como pesquisa bibliográfica, ou seja, elaborada a partir de materiais já publicados que retratam a temática abordada. Assim, a partir do estudo de revistas, jornais, artigos científicos etc., identificou-se pontos de convergência e divergência, com o intuito de estruturar uma argumentação imparcial. No que concerne a abordagem, qualifica-se como qualitativa (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Destarte, com o propósito de criar um material gráfico pautado na Educação Sexual Infantil, apropriou-se do método Diamante Duplo aplicado ao design social. O método, lançado em 2004 pela Organização *Design Council*, tem como missão "defender um ótimo design que melhore vidas e melhore as coisas" (DESIGN COUNCIL, 2015). Com uma estrutura que apresenta momentos de convergência e divergência, aborda o problema de forma ampla para então focar em soluções direcionadas. Assim, configura-se uma abordagem ideal para discorrer sobre as múltiplas facetas da Educação Sexual Infantil.

Moldado por aportes de um design industrial com foco no mercado, pode ser empregada na resolução de outros problemas de maior complexidade, como os ligados ao meio ambiente, economia e sociedade (DESIGN COUNCIL, 2019). E, para construção desse projeto, as etapas foram mantidas (DESIGN COUNCIL, 2007) onde houve a roteirização dos passos, conforme Figura 1.

Figura 1: Método Diamante Duplo.



Fonte: Adaptado de Silva (2015)

No Diamante Duplo, a primeira etapa descobrir representa um momento de pensamento amplo que permite a imersão no conteúdo proposto e traz duas atividades adjacentes, o estudo bibliográfico e a entrevista, a fim de compreender uma realidade complexa (DESIGN COUNCIL, 2017). O estudo bibliográfico é elaborado a partir de referencial teórico já existente, como livros, revistas, e monografias, e coloca o pesquisador em contato com todo material prévio acerca do tema escolhido (PRODANOV; FREITAS, 2013). A entrevista, por sua vez, é uma técnica de levantamento de dados primários que prima pela descrição verbal dos informantes (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Assim, a Revisão Bibliográfica¹⁵ permitiu a compreensão da construção histórica do design social desde seu surgimento, onde era pautado nas demandas industriais e da população elitizada da época¹⁶ (ARAÚJO, 2017; DEVIDES, 2006; PAPANÉK, 2016; SILVA, 2017; BRAGA, 2011), até sua transmutação a partir do movimento construtivista. Nessa conjuntura, encetou-se uma série de mudanças que acarretaram discussões pautadas na igualdade de classe, na propagação de ideias que atingissem a população analfabeta e nos debates de gênero (MARGOLIN, 2004; BRAGA, 2011; CURTIS, 2011; FABRES, 2012; ARAÚJO, 2017). A decorrência desses fatores culminou, na contemporaneidade, em um desdobramento que instiga a consciência profissional de que cabe ao designer se engajar em causas sociais (BRAGA, 2011; CURTIS, 2011; FABRES, 2012; SILVA, 2017; MARGOLIN, 2004), pautando-se no interesse social e assumindo o caráter de protagonismo enquanto vetor de mudanças (WANDERLEY et al., 2014; YAMAMOTO, 2014).

Não obstante, com o intuito de discorrer sobre a Educação Sexual Infantil, estudou-se o percurso histórico na formação da noção de infância (SPRINGER, 2016; JÁCOME, 2018; ARIÈS, 2006; SANDERSON, 2008). Em consequência, observou-se que o papel da família sofreu modificações à medida que passou de um viés doutrinador e punitivo¹⁷ para uma abordagem que compreende que a criança possui um conhecimento inerente a ser estimulado¹⁸, e que a cada etapa do seu desenvolvimento necessita de estímulos distintos (SANDERSON, 2008; DE MAUSE, 1995). Ainda assim, a criança é exposta a várias violações dos seus direitos, com

¹⁵ Primeira atividade da primeira etapa, Descobrir. N.A.

¹⁶ Refere-se ao século XX, onde ocorreu a primeira Revolução Industrial. N.A.

¹⁷ Modo de socialização. N.A.

¹⁸ Modo de ajuda. N.A.

destaque para o abuso sexual infantil – assunto foco desse projeto – onde a vítima é tida como objeto sexual. Nesse contexto, compreende-se o papel primordial da escola na construção de uma abordagem que forneça instrução frente a sexualidade e os limites das relações socioafetivas das crianças, protegendo-as da realidade paralela que o abusador constrói (SANDERSON, 2008).

A partir disso, para compreender a realidade regional do ASC, foi realizada uma entrevista¹⁹ em profundidade semiaberta (DUARTE, 2004) com a coparticipação da psicóloga Luciana Gerônimo, responsável pelo atendimento na rede CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) de Cocal do Sul (SC). Nesse contexto, foram levantadas questões a fim de entender as necessidades que a Rede apresenta na realização de atividades interdisciplinares com foco na conscientização, conforme anexo A.

Com base na entrevista, apontou-se a existência de três graus de vulnerabilidade social que demandam de atendimentos distintos, caracterizados por básica complexidade²⁰, média complexidade e alta complexidade²¹. Em foco, o estudo se ateve a média complexidade, que se refere a violações dos direitos humanos, e, por conseguinte, recebe o apoio do CREAS, que garantem um atendimento acurado para, se necessário, ocorrer a judicialização da ocorrência. Em Cocal do Sul, a rede visa a superação das violências e tem como princípios a acolhida e a escuta. Para além dessas, ainda desempenha outras atividades comunitárias, como a conscientização através de pautas como a violências doméstica, da criança e do idoso.

No contexto atual, com a Pandemia do Coronavírus, houve uma brusca redução nas denúncias. Entretanto, Luciana aponta que esse fator não está diretamente atrelado a redução da violência. Isto posto, com a criança em casa para contenção do Vírus, indo a curtos períodos para escola, corrobora-se para que as violações se tornem ainda mais furtivas. Diante de inúmeras violências, o CREAS identifica o abuso sexual como a mais tácita forma de violência infantil. Essas denúncias são frequentemente efetivadas por terceiros – conselho tutelar e outros recursos públicos – e com maior reincidência de vítimas na faixa etária dos 13 anos aos 14 anos de idade. Em contraponto, ao aprofundar-se na denúncia, o ponto comum de todo ASC é a decorrência de longa data. Assim, majoritariamente os adolescentes que relatam os abusos sofridos e discernem os comportamentos não normativos, são habitualmente vítimas desde a primeira infância, onde crescem imersos na realidade moldada pelo abusador, de acordo com a entrevistada.

Nesse sentido, a psicóloga ainda reforça que com o propósito de instruir as crianças e adolescentes frente a sexualidade e os limites das relações socioafetivas, é primordial desenvolver ações de conscientização em conjunto às instituições de ensino. Esses momentos, ocorrem desde a pré-escola (2-6 anos de idade) – onde a criança começa a perceber sua genitalidade - até o ensino médio (15-18 anos). Para instrução e conscientização, o psicólogo ou pedagogo que conduz o momento, apropria-se de materiais de suporte, cada um com suas particularidades e funções específicas. Neste âmbito, as cartilhas aprofundam os conhecimentos e os cartazes se tornam autoexplicativos, mas enfatiza-se a existência de uma infinidade de materiais que podem ser explorados para promover os conteúdos aplicados.

Nesse cenário, enceta-se a segunda etapa, definir, onde os conhecimentos

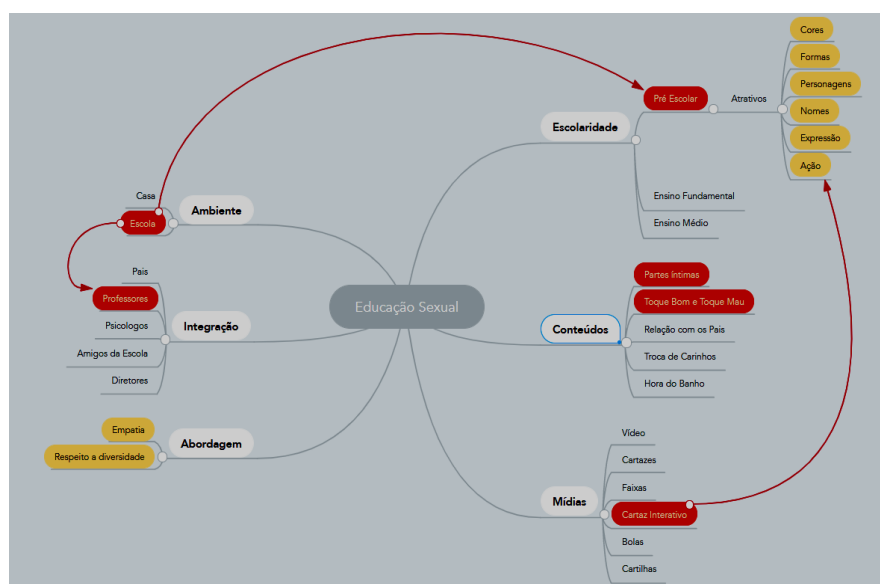
¹⁹ Segunda atividade da primeira etapa, Descobrir. N.A.

²⁰ Abrange indivíduos que possuem alguma vulnerabilidade social como o desemprego, conflitos familiares etc., e é acolhida pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). N.A.

²¹ Configura por vínculos familiares rompidos, onde principalmente a criança é exposta a vulnerabilidade extrema, sem estrutura familiar que a ampare. N.A.

adquiridos na primeira etapa, configuram pontos relevantes a serem percorridos e convergidos, para assim, delimitar o problema a ser abordado e as conseqüentes ações para sua resolução (DESIGN COUNCIL, 2019). Para organização dos dados obtidos, a fim de encontrar possíveis direcionamentos, elaborou-se um Mapa Mental construído a partir da ferramenta online, *MindMeister*²², conforme Figura 2. Cabe ressaltar que os mapas mentais são representações gráficas de informações que transmitem a relação entre ideias e conceitos individuais (MINDMEISTER, 2021).

Figura 2: Mapa mental que relaciona as informações da etapa definir.



Fonte: Elaborado pelos Autores.

Dessa forma, o mapa mental elencou como pontos relevantes na construção do projeto: As possíveis mídias que forneceriam os subsídios necessários a proposta; o grau de escolaridade a ser abrangido; os conteúdos a serem percorridos, o ambiente ideal para empregar os materiais desenvolvidos; e, por fim, integração, que apontou possíveis profissionais que poderiam abordar o tema com as crianças. A vista disso, retoma-se o problema a ser delimitado que enfatiza, como o design social pode oferecer subsídios para uma criação gráfica com foco na educação sexual infantil.

A análise dos dados²³, oriunda do diagnóstico do mapa mental, definiu então, o cartaz interativo como a mídia impressa ideal, da mesma forma que remonta as origens do design social (CURTIS, 2011). Quanto a faixa etária, restringiu-se a pré-escola (4-6 anos de idade) adotando uma abordagem para crianças não alfabetizadas. O uso do cartaz, possibilitou a leitura tangível dos elementos e construiu significado a mensagem primariamente por sua construção visual (BRAGA, 2011). Deste modo, para que a criança absorva os conhecimentos propostos nos cartazes, prima-se pela mediação do professor na execução da atividade. Assim, o material proposto contará com um guia instrutivo que visa aprofundar os temas à medida que evidencia o papel da escola como promotor de conhecimentos (SILVA, 2019).

²² Disponível acesso em: <<https://www.mindmeister.com/pt/>>. Acesso em: 19 mai. 2021.

²³ Primeira atividade da segunda etapa, Definir. N.A.

Os conteúdos acurados na construção da mensagem, discorreram sobre a relação das partes íntimas, tendo em vista que a idade delimitada caracteriza o período de reconhecimento da genitalidade. Não obstante, explanou-se sobre os limites das relações socioafetivas (CHILDHOOD BRASIL, 2015; CHILDHOOD BRASIL, 2012) com intuito de promover a diferença entre o carinho e o toque sexual (COUNCIL OF EUROPE, 2011). No contexto da Educação Sexual, a relação dos temas explana e apresenta os conhecimentos da sexualidade da forma como são e, assim, educa-se a criança tornando-a menos suscetível à manipulação imposta pelos abusadores e possibilita o reconhecimento de situações que causem desconforto (SANDERSON, 2008).

Os aspectos técnicos²⁴ para construção do cartaz evocaram a vertente do design social, à medida que buscou a possibilidade de baixa tiragem do material elaborado, assim como recursos que viabilizassem um custo acessível (YAMAMOTO, 2014; BRAGA, 2011; VILLAS-BOAS, 2010). Como pressuposto de que os cartazes interativos serão impressos, optou-se pelo método de impressão digital que atende aos pré-requisitos estabelecidos (VILLAS-BOAS, 2010). Esse recurso, proporciona uma gama cromática abrangente, que incorpora o CMYK²⁵ e as cores derivadas de sua composição. Na construção do cartaz, apropriou-se da policromia, o que representa peça chave na obtenção da atenção da criança.

Para reprodução do material, selecionou-se o papel A3, convencionalmente utilizado no meio acadêmico e com baixo custo de impressão (MARTINEZ, 2019). Por fim, com o intuito de realizar a validação da ideia²⁶, realizou-se um encontro presencial com a Psicóloga entrevistada e a Pedagoga da rede CREAS de Cocal do Sul onde, a partir da apresentação verbal das ideias que norteariam o projeto, as ideias foram validadas, encaminhando-se para as etapas seguintes.

Como terceiro momento do método escolhido, a etapa desenvolver engloba o segundo diamante, onde objetiva-se explorar respostas distintas para um problema claramente definido. Assim, explorou-se os conteúdos abordados no primeiro diamante para apontar referências visuais norteadoras ao projeto segundo as necessidades do usuário (DESIGN COUNCIL, 2015; DESIGN COUNCIL, 2019). Na busca por um resultado expressivo, fez-se uso de painéis de referências²⁷ que trouxeram imagens de desenhos e livros infantis, conforme Figura 3, e guiaram a estética do cartaz com intuito de conquistar a atenção das crianças no percurso da interação, além de orientar a escolha cromática e a elaboração dos rascunhos. A busca de imagens utilizou da rede social *Pinterest*²⁸.

Para elaboração de um referencial visual, fez-se uso de modelos presentes na realidade da primeira idade. Ademais, levou-se em consideração a pesquisa elaborada por Maluf (2018) que aponta os desenhos mais vistos pelas crianças na faixa etária de dois a cinco anos são *Patrulha Canina* (TV Cultura, 2013), *Peppa Pig* (Discovery Kids, 2004), *Turma da Mônica* (TV Planeta, 1959) etc. Diante do painel elaborado, tomou-se como base formas desconstruídas e, a partir do círculo cromático²⁹, optou-se pelo uso de cores completares³⁰.

²⁴ Segunda atividade da segunda etapa, Definir. N.A.

²⁵ Corresponde às cores ciano, magenta, amarelo e preto, respectivamente. N.A.

²⁶ Terceira atividade da segunda etapa, Definir. N.A.

²⁷ Primeira atividade da terceira etapa, Desenvolver. N.A.

²⁸ É uma rede social de compartilhamento de fotos. Assemelha-se a um quadro de inspirações (PINTEREST, 2021).

²⁹ Comumente chamado de “roda de cores” foi criado por Isaac Newton quando ele dobrou um espectro de cores em um círculo. A ferramenta é empregada para entender a relação entre as cores e a harmonia entre elas (ZYLBERGLEJD, 2017).

Assim, a estilística do cartaz primou por uma abordagem que transmitisse uma harmonia na composição e a pregnância³¹ da forma, mensagens e cores.

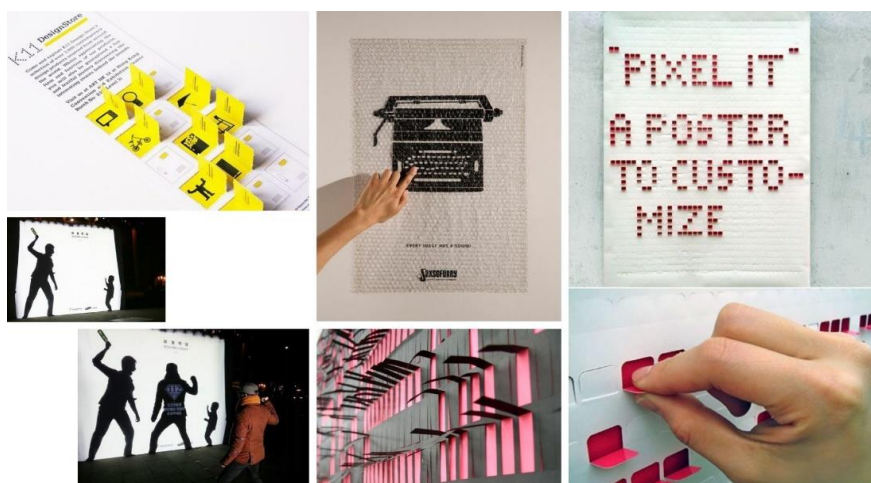
Figura 3: Pannel de referências visuais



Fonte: Elaborado pelos Autores.

Para compreensão do contexto interativo dos cartazes “Toque do Sim; Toque do não”, elaborou-se ainda um segundo painel de referências focado em como essa relação poderia se estabelecer, conforme Figura 4. Nesse contexto, delimitou-se que os cartazes citados conteriam duas camadas, a camada inferior com sinais de “correto” e “incorreto”, e a camada superior os cartazes com os personagens. Assim, por meio do corte na área delimitada no cartaz, será possível interagir com os alunos questionando se no membro do corpo destacado pode-se ou não tocar.

Figura 4: Pannel de referência sobre cartazes interativos



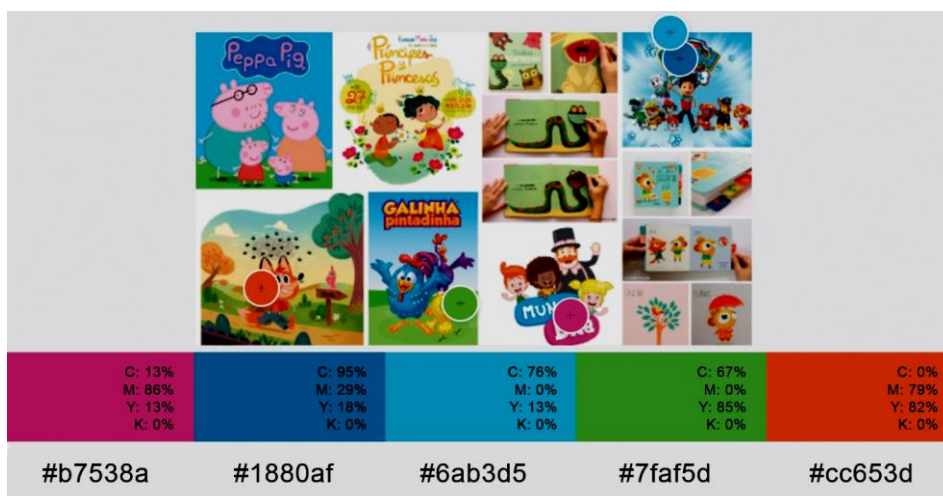
Fonte: Elaborado pelos Autores.

³⁰ Estão em posições opostas no círculo cromático, e realçam uma à outra (ZYLBERGLEJD, 2017).

³¹ Lei de Gestalt que afirma que quanto mais clara for a organização visual do objeto, quanto à facilidade de compreensão e leitura ou interpretação, maior será o grau de fixação do conteúdo (SILVEIRA, 2014).

Tendo em vista que se planejou a utilização de cores complementares, para escolha do esquema cromático, extraiu-se a partir da ferramenta *Adobe Color*³², um referencial de cores específico baseado no painel de referências proposto, conforme Figura 5. Nesse sentido, observou-se o uso de cores vibrantes que se opõe no círculo cromático e que retêm a atenção do público-alvo, apropriou-se assim de cores como azul e rosa com o intuito de apresentar uma proposta que desmistifique a relação entre a cor e o gênero. Não obstante, as outras cores foram utilizadas para complementar a proposta do cartaz primando pela multiplicidade de tons.

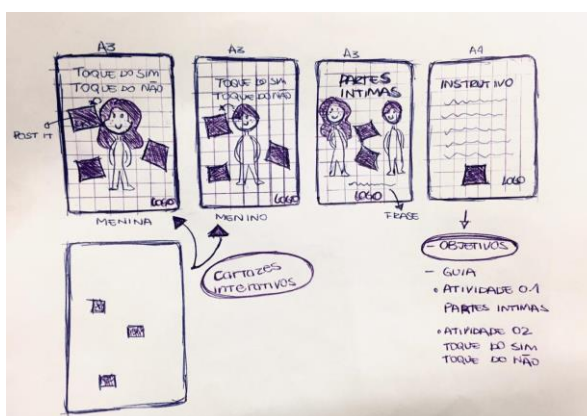
Figura 5: Escolha do esquema cromático (CMYK)



Fonte: Elaborado pelos Autores.

Por conseguinte, para estruturação da ideia a ser desenvolvida, ilustrou-se as formas que seriam aplicadas, assim como, outros elementos visuais e textuais empregados na criação. Nesse cenário, deu-se início aos rascunhos³³ do projeto, conforme a Figura 6.

Figura 6: Execução dos rascunhos.



Fonte: Elaborado pelos Autores.

³² Disponível em: <<https://color.adobe.com/pt/create>>. Acesso em: 28 Jul. 2021.

³³ Segunda atividade da terceira etapa, Desenvolver. N.A.

Para além das ilustrações, utilizou-se de recursos verbais na construção das peças que visaram favorecer a mediação do professor na interação dos alunos com os cartazes. Tal meio permite que uma dinâmica seja criada e assegura a didática da mensagem. A partir dos rascunhos, planejou-se, a utilização de dois personagens com sexo biológico determinados como feminino e masculino, mas com nome de gênero neutro. Em foco, optou-se pelo nome de Cris. Primou-se para que os cartazes trouxessem um contexto visual escolar e, portanto, fez-se uso de um plano de fundo que remonta as folhas quadriculadas, assim como o uso de post its. Assim, corroborou-se com a construção de um diálogo informacional, na qual aplicou-se o logo do *Disque 100*, principal canal para realização de denúncias vinculadas ao ASC.

Na execução³⁴ das peças gráficas, elementos foram adicionados para reforçar o contexto educacional da mensagem. Nesse sentido, enfatizou-se as partes íntimas que constituem a genitalidade do corpo biológico. Por conseguinte, dois cartazes interativos foram elaborados para conscientização das crianças acerca das diferenças do toque afetivo e do toque sexualizado, alertando-as sobre situações que geram desconforto e que devem ser, portanto, comunicadas (SANDERSON, 2008; SILVA, 2019; CRISTO, 2017).

Os conteúdos textuais foram intitulados como “Partes íntimas” e “Toque do Sim; Toque do Não” dando ênfase à temática proposta. O primeiro cartaz, apropriou-se de textos que enfatizam a multiplicidade de nomes que as partes íntimas podem receber, focando no contexto de sua proteção e como configuram locais que apenas a criança pode tocar. Os cartazes subsequentes apresentam por meio textual dois personagens que se aproximem com a realidade das crianças, que por meio da interação irão aprender sobre os toques normativos e sobre os não normativos. Com relação ao material instrutivo fornecido ao professor, primou-se pela explicação detalhada de cada atividade acima citada.

Para tal fim, os personagens foram representados sem vestimentas evidenciando as partes íntimas (ARAÚJO, 2020). Não obstante, buscou-se integrar a proposta etnias distintas em uma proposta de respeito à diversidade (SILVA, 2019). Nos cartazes interativos, mãos foram adicionadas na lateral da composição, onde enfatiza-se o contexto do toque. Assim, para que a relação entre aluno e professor fosse firmada, o conjunto agregou um instrutivo para guiar as atividades do docente no momento da interação, ao considerar-se que o público-alvo não possui alfabetização. Na composição, as peças apresentaram caráter policromático com o intuito de conter a atenção da criança ao material, vide Figura 7. Para compreensão da interatividade presente nos cartazes “Toque do Sim; Toque do Não”, foi elaborado um vídeo disponibilizado no *Youtube* que representa o funcionamento do material proposto.

Para a escolha da tipografia, empregou-se grafias que remetessem a uma escrita infantil. Portanto, priorizou-se a escolha de uma fonte com letras manuscritas e primárias que trouxessem boa legibilidade às peças gráficas. Assim, apropriou-se das fontes *Letters for Learners* para os textos instrutivos, conforme Figura 8. Para que os títulos obtivessem destaque, as letras utilizadas foram desenhadas manualmente e posteriormente vetorizadas com auxílio da ferramenta Adobe Illustrator.

³⁴ Terceira atividade da terceira etapa, Desenvolver. N.A.

Figura 7: Execução dos Cartazes na etapa desenvolver.



Fonte: Elaborado pelos Autores. Disponível em: <https://youtu.be/N8vgjFN5u_I>. Acesso em: 10 jun. 2021.

Figura 8: Tipografia *Letters for Learners*.

abcdefghijklmnopqrstuvwxyz. 1234567890

Fonte: Elaborado pelos Autores.

Na etapa entregar, último momento do percurso, abrangeu-se a validação das resoluções encontradas, ajustes adjacentes e, por fim, sua distribuição (DESIGN COUNCIL, 2019). Os três cartazes foram avaliados³⁵ pelo CREAS de Cocal do Sul que aprovou a solução encontrada, não sendo necessário a execução de eventuais ajustes³⁶. Para atestar a legibilidade, foram impressas cópias das peças propostas em tamanho original na qual se avaliou a legibilidade dos itens gráficos e textuais. Destes, atestou-se que a composição apresentou boa disposição dos elementos, assim como, permitiu a leitura clara das mensagens propostas. Em consonância ao design social, abdicou-se de ganhos sobre o material produzido (BRAGA, 2011), constituindo a atividade de distribuição³⁷, foram entregues ao CREAS duas unidades do mesmo modelo de cartaz para uso livre da rede assim como disponibilização dos cartazes e vídeo instrutivo através na plataforma *Youtube*³⁸. Ao acessar a plataforma citada, encontra-se na descrição do vídeo todos os materiais disponíveis para *download*³⁹, assim como, informações técnicas para impressão.

5. Considerações Finais

Como visto, é notável a necessidade de se levantar pautas relacionadas a educação sexual infantil, posto que, a insciência que permeia esses conteúdos pode contribuir para que o abusador molde os conhecimentos da vítima para seu próprio benefício. A vista disso, ao considerarmos que a maior parte dos crimes de ASC é acometido na casa de crianças e

³⁵ Primeira atividade da quarta etapa, entregar. N.A.

³⁶ Segunda atividade da quarta etapa, entregar. N.A.

³⁷ Terceira atividade da quarta etapa, entregar. N.A.

³⁸ Disponível em: <https://youtu.be/N8vgjFN5u_I>. Acesso em: 10 jun. 2021.

³⁹ “Baixar informações”, em tradução livre. N.A.

adolescentes, o atual contexto, amplifica a relevância da abordagem, ao considerar-se que, desde 2020, as crianças têm ido à escola de forma esporádica para conter a Pandemia do Coronavírus que se alastra pelo país. Assim, encontram-se imersas na realidade criada pelos criminosos. Nesse sentido, evidencia-se o papel fundamental da escola de instruir as crianças, para então protegê-las.

Com isso, o presente trabalho se aprofundou na bibliografia acerca do tema e na realidade local do ASC para, a partir disso, desenvolver soluções gráficas palpáveis e alinhadas aos preceitos do design social e, assim, cumprir os objetivos propostos. O objetivo geral, pautava-se na elaboração de peças gráficas que proporcionassem conhecimento frente a sexualidade assim como os limites das relações socioafetivas. Logo, por intermédio da metodologia diamante duplo foi possível atingir os resultados esperados, projetando materiais didáticos que confrontassem as temáticas propostas em conformidade aos objetivos específicos da pesquisa. O primeiro, foi primordial para compreender o processo de transmutação do design social e como essa vertente pode fornecer uma poderosa ferramenta de mudanças e reflexões no âmbito social. O segundo, foi pertinente ao salientar a importância da educação sexual infantil na realidade brasileira e evidenciou que a instrução é caminho para prevenção. O terceiro e último, teve seu foco na aplicação desses conceitos na construção das peças gráficas, propostas estas que levaram a um resultado satisfatório.

A partir disso, os objetivos propostos foram atendidos e forneceram os subsídios necessários para responder à pergunta problema, em como o design social pode oferecer subsídios para uma criação gráfica focada na educação sexual infantil. Alinhada a esse questionamento, considera-se que as demandas foram atendidas à medida em que se produziu peças gráficas acuradas a idade, com conteúdos relevantes e instrutivos enfatizando a importância papel da escola, assim como, do ponto de vista do design social, em fomentar esse conhecimento ao público-alvo. Esse projeto potencializa o empoderamento das crianças, permitindo-as ter mais consciência das diferenças entre trocas afetivas e trocas sexuais nas relações as quais se inserem.

No decorrer do projeto, três autores foram importantes para auxiliar na construção do projeto, sendo Braga (2011) responsável pela ênfase de como o design social pode corroborar com práticas que conscientizem e engajem socialmente; Sanderson (2008) pelo estudo das facetas do ASC, que envolveu desde parâmetros históricos até o aprofundamento psicológico e cultural, explicitando a abordagem da Educação Sexual Infantil; e, por fim, o *Design Council* (2004) por apresentar a metodologia Diamante Duplo que forneceu os aportes necessários para criação das peças gráficas, alinhando cada aspecto a ser abordado e como aplicá-lo de forma clara e objetiva.

O aprendizado obtido no desenvolvimento do projeto, mostrou-se de fundamental valor ao trazer em pauta um assunto tão primordial quanto a Educação Sexual Infantil. Não obstante, foi possível compreender a situação a qual o país se insere e se constatou a urgência do tema. Assim, foi possível perceber que o design se apresenta como ferramenta poderosa no engajamento dessas causas ao proporcionar clareza dos conteúdos de forma acurada a idade e, estabelecer uma reflexão crítica da realidade pautada nos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos. Nesse sentido, nota-se as potencialidades da profissão, para além de uma visão comercial, mas como uma ferramenta capaz de promover mudanças onde se estabelece.

Referências

ARAÚJO, Ana Paula. *Abuso: A cultura do estupro no Brasil*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2020.

ARAÚJO, Germana Gonçalves de. Design fora do centro: reflexões metodológicas em design a partir de um projeto social em Sergipe. **Série [designCONTEXTO] Ensaios sobre Design, Cultura e Tecnologia Design & Inovação Social**. Ed. Edgard Blücher Ltda, São Paulo, 2017.

ARCARI, Caroline. Precisamos superar o mito de que a educação sexual pode erotizar crianças. **Futura**. 2018. Online. Disponível em: <<https://www.futura.org.br/educacao-sexual-na-infancia/>>. Acesso em: 10 jan. 2022.

ARIÉS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BOTTER, Elaine Regina Okado. **Sociologia e consubstancialidade de gênero em tempos de fundamentalismo religioso, conservadorismo e reformas educacionais neoliberais**. 2020. 322 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2020.

BRAGA, Marcos da Costa. **Papel social do design gráfico: história, conceitos e atuação profissional**. São Paulo: SENAC, 2011.

CEDCA/AL. **O que é ECA?** Estatuto da Criança e do Adolescente, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2RGTXoU>>. Acesso em: 23. Mar. 2021.

CHILDHOOD BRASIL (org.). **Abuso sexual é o segundo tipo de violência mais comum entre as crianças**. 2012. Disponível em: <<https://childhood.org.br/abuso-sexual-e-o-segundo-tipo-de-violencia-mais-comum-contra-criancas>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CHILDHOOD BRASIL (org.). **A violência sexual infantil no brasil: entenda o cenário da violência sexual contra crianças e adolescentes no brasil e saiba como preveni-la**. 2019. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

CHILDHOOD BRASIL (org.). **Causas da violência sexual contra crianças e adolescentes**. 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3xcc4SR>>. Acesso em: 02 mar. 2021.

COUNCIL OF EUROPE. **The Underwear Rule: kiko and the hand**. Disponível em: <<https://www.coe.int/en/web/children/underwear-rule>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CRISTO, Alexandre Homem. **Educação Sexual: Como se faz lá fora e com que resultados**, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3wi2huy>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

CURTIS, Maria do Carmo. A dimensão social do design gráfico no construtivismo. In: BRAGA, Marcos da Costa. **O papel social do Design Gráfico: História, conceitos e atuação profissional**. São Paulo: SENAC, 2011. p. 35-36.

DEMAUSE, Lloyd. **The History of Childhood**. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 1995.

DESIGN COUNCIL. **Eleven lessons: managing design in eleven global brands: A study of the design process**, 2007. Disponível em: <<https://www.designcouncil.org.uk/resources/report/11-lessons-managing-design-global-brands>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

DESIGN COUNCIL. **Hackney Council: Using design principles to improve public**, 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/3pHQbbl>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

DESIGN COUNCIL. **The Double Diamond: A universally accepted depiction of the design process**, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/2ThFnEP>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

DESIGN COUNCIL. **What is the framework for innovation?** Design Council's evolved Double Diamond, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/3pPmu8A>>. Acesso em: 17 mai. 2021.

DEVIDES, Maria Tereza Carvalho. **Design, projeto e produto: o desenvolvimento de móveis nas indústrias do polo moveleiro de arapongas**, pr. 2006. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3ivodht>>. Acesso em: 25 abr. 2021.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 18 set. 2020.

FABRES, Paola Mayer. Art and Design: An analysis of visual communication applied to the Russian Constructivist avant-garde works. **Strategic Design Research Journal**. Unisinos, Rio Grande do Sul. v.5, n.3. p. 115-117, 2012.

GRANDELLE, Renato; FERREIRA, Paula. Bolsonaro sugere que pais rasguem páginas sobre educação sexual de caderneta de saúde da adolescente. **O Globo**. Rio de Janeiro, 07 mar. 2019. Disponível em: <<https://glo.bo/358sEXS>>. Acesso em: 23 mar. 2021.

JÁCOME, Paloma da Silva. **Criança e infância: uma construção histórica**. 2018. 46 f. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3gq97qX>>. Acesso em: 07 mar. 2021.

LEITÃO, Matheus. Falta de recursos e informações dificultam defesa de criança abusada. **Revista Veja**, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3zmELhY>>. Acesso em: 07. Mar. 2021.

MALUF, Julia Lepre. **As mídias e a (re) produção dos papéis de gênero na infância**. 2018. 62 f. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

MARGOLIN, Victor e Sylvia. Um Modelo Social de Design: questões de prática e pesquisa. **Revista Design em Foco**, vol. I, núm. 1, julho-dezembro, pp. 43-48, 2004.

MARTINEZ, Marcela Letícia Horst. **Amplificando vozes: a construção de cartazes feministas a partir do design social**. 2019. 36 f. Monografia (Graduação) - Curso de Design, Universidade Satc, Criciúma, 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3iukj8J>>. Acesso em: 28 abr. 2021.

MARTINS-JÚNIOR, Paulo Antônio et al. Abuso físico de crianças e adolescentes: os profissionais de saúde percebem e denunciam?. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 7, p. 2609-2615, jul. 2019. Disponível em: <<https://bit.ly/3g8D8N2>>. Acesso em: 16 abr. 2021.

MENDES, Leticia. **Distanciamento social potencializa risco de aumento de casos de violência contra crianças e adolescentes**, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/3gq8XQm>>. Acesso em: 07. Mar. 2021.

MINDMEISTER. **O que são mapas mentais?**, 2021. Disponível em: <<https://www.mindmeister.com/pt>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Ministério Divulga Dados de Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes**, 2020. Disponível em: <<https://bit.ly/2SfMvs9>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

OLIVEIRA, Ione Sampaio de. **Trajetória histórica do abuso sexual contra criança e adolescente**. 2006. 45 f. Monografia (Especialização) - Curso de Psicologia, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/354IPFI>>. Acesso em: 24 mar. 2021.

SANDERSON, Christiane. **Abuso Sexual em crianças**: Fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia. São Paulo: M. Books do Brasil Editora Ltda, 2008. 345 p.

SILVEIRA, Daniel Queiroz Velloso da. **A gestalt e sua relação com a publicidade**. 2014. 40 f. Monografia (Graduação) - Curso de Comunicação Social, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <<https://bit.ly/3iBaC8r>>. Acesso em: 23 mai. 2021.

SPRINGER, Jéssica. **A evolução do conceito de criança e infância e do atendimento em creches e pré-escolas**. 2016. 17 f. Tese (Doutorado) - Curso de Práticas Pedagógicas, Unoesc, Joaçaba, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2Tbi67v>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

PAPANEK, Victor. **Design para um mundo complexo**. São Paulo: Ubu Editora, 2016.

PINTEREST. **O que é Pinterest?**, 2021. Disponível em: <<https://about.pinterest.com/pt-br>>. Acesso em: 26 mai. 2021.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/2REPJOA>>. Acesso em: 12 mai. 2021.

SILVA, Danilo Émmerson Nascimento. Novas e antigas visões para uma inovação social. In: ARRUDA, Amilton J. V. (org). **Design e Inovação Social**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 9-32.

SILVA, Maria Cecília Pereira da (org.). **Sexualidade Começa na Infância**: para pais, educadores e profissionais da saúde desenvolvimento sexual, infantil de 0 a 6 anos como implantar um trabalho de orientação sexual. Belo Horizonte: Artesã, 2019.

SILVA, Vitor Marcelino da. El Lissitzky e o uso da fotografia como linguagem universal. **Arte e Ensaios**, Rio de Janeiro, v. 35, p. 115-125, 25 jan. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/download/12872/11441>>. Acesso em: 08 abr. 2021.

UNESCO. **Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem, 2013. Brasília: 2013. Disponível em: <bit.ly/3we67oa>. Acesso em: 12 mai. 2021.

VILLAS BOAS, André. **O que é (e o que nunca foi) design gráfico**. Teresópolis: 2AB, 2007.

VILLAS-BOAS, André. **Produção gráfica para designers**. Rio de Janeiro: 2AB, 2010.

WANDERLEY, Marcela L'Amour; ANDRADE, Pollyanna Sitônio; BARROS, Rafaela Queiroz de; LINS JÚNIOR, William Guedes. Bases Comuns do Design: uma discussão sobre o impacto e papel social do design. In: ARRUDA, Amilton J. V. (org). **Design & Complexidade**. São Paulo: Blucher, 2017. p. 11-26.

WORLD ASSOCIATION FOR SEXUAL HEALTH. **Declaração dos direitos sexuais**, 1997. Disponível em: <<https://bit.ly/3iuk4KR>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

YAMAMOTO, Ricardo Kenji Kunitake. **Papel Social do Designer Gráfico**: realidades e premissas. 2014. 192 f. Monografia (Graduação) - Curso de Design, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://fabianelima.com/UTFPR/TD2/aula_02/ricardo_yamamoto.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2021.

ZYLBERGLEJD, Raissa. **A influência das cores nas decisões dos consumidores**. 2017. 103 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10023496.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2021.